



MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS NA FORMAÇÃO CONTEMPORÂNEA EM SERVIÇO SOCIAL

Social movements and struggles in contemporary education in social service

Maria Clariça Ribeiro Guimarães*

 <https://orcid.org/0000-0003-0837-5694>

RESUMO

O artigo trata das tendências atuais da formação profissional no que diz respeito à temática movimentos e lutas sociais, a partir das particularidades da região nordeste do Brasil. Objetiva suscitar questões sobre o processamento atual da relação Serviço Social e processos organizativos da classe trabalhadora no âmbito da formação profissional e, para tanto, recorre à revisão bibliográfica e documental, com aporte na teoria e no método marxista, valendo-se especialmente da análise de projetos pedagógicos de cursos de Serviço Social situados em Unidades de Formação Acadêmica presenciais públicas e privadas da região. Tomando como referência o projeto formativo referenciado nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), conclui pelo necessário fortalecimento do legado oriundo da reconceitualização latino-americana e do processo de renovação profissional do Serviço Social brasileiro quanto aos vínculos da profissão com organizações, movimentos e lutas.

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos Sociais; Lutas Sociais; Serviço Social; Formação Profissional.

ABSTRACT

The article deals with current trends in professional training with regard to the theme of social movements and struggles, based on the particularities of the northeast region of Brazil. It aims to raise questions about the current processing of the relationship between Social Work and the organizational processes of the working class in the context of professional training and, for that, it resorts to a bibliographic and document review, with a contribution to the Marxist theory and method, making use especially of the analysis of pedagogical projects for Social Work courses located in public and private on-site Academic Training Units in the region. Taking as a reference the training project referenced in the curricular guidelines of Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS), it concludes by the necessary strengthening of the legacy arising from the Latin American reconceptualization and the process of professional renewal of the Brazilian Social Work regarding the links of the profession with organizations, movements and struggles.

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, Campina Grande, Brasil). E-mail: clarica.ribeiro@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2022v22n44p59-74



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

KEYWORDS

Social movements; Social Struggles; Social servisse; Professional qualification.

Introdução

Tomando como referência e ponto de partida as implicações políticas que permeiam a profissão do(a) assistente social e a perspectiva renovadora fomentada no interior do Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação latino-americano em sua vertente mais próxima da ruptura com o Serviço Social Tradicional, a questão central que perseguimos consistiu em indagar como vem se dando a incorporação e desenvolvimento do debate sobre Movimentos Sociais e Serviço Social na formação profissional de graduação.

As discussões que trazemos aqui consistem, assim, em uma parcela das principais tendências identificadas em nossa pesquisa bibliográfica e documental, com aporte na teoria e no método marxista, junto a uma amostra constituída por 30% de cursos presenciais da região nordeste, dentre um universo de análise composto por 90 unidades de formação, entre unidades públicas e privadas da região. Em uma breve caracterização das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) participantes da pesquisa, destacamos que dentre as 27 (vinte e sete) Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) pesquisadas, 13 (treze) são Universidades, 09 (nove) faculdades isoladas, 02 (duas) Faculdades Integradas, 02 (dois) Centros Universitários e 01 (um) Instituto Federal (IF).

Temos assim um quadro em que 13 (treze) das Unidades de Formação Acadêmica pesquisadas são instituições não universitárias e, portanto, com a possibilidade de desenvolverem uma organização acadêmica voltada exclusivamente para o ensino na medida em que são desobrigadas das atividades de pesquisa e extensão. Ademais, nossa amostra de pesquisa também se compõe por 18 (dezoito) cursos localizados em capitais e 09 (nove) no interior.

Em todas as Unidades analisadas, a modalidade de ensino ofertada é presencial por decorrência de nossa opção metodológica de não inserção das unidades de ensino a distância em nossa amostra de pesquisa, em razão da leitura que fazemos, em consonância com as entidades nacionais da categoria, do caráter deteriorado dessa modalidade de formação e sua incompatibilidade com a graduação em Serviço Social. Ademais, 11 (onze) são instituições públicas e 16 (dezesesseis) são de natureza jurídica privada, dado que nos lembra o quanto a educação tem se constituído como fonte de lucratividade para o empresariado do setor, agregando inclusive muitos investimentos internacionais.

Tratam-se ainda, os projetos pedagógicos por nós analisados, de documentos oriundos de Cursos praticamente nivelados comparativamente em termos de índice de filiação à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), tendo em vista serem 13 (treze) não filiados e 14 (quatorze) filiados. Dado que, em nossa leitura, indica que pelo menos 51% dos Cursos pesquisados tomam o projeto de formação da ABEPSS como referência de modo manifesto e, com base nesta escolha consciente, se propõem a forjar

assistentes sociais com o perfil mediado pelo projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Ainda que, logicamente, tal adesão consciente não os torne de modo algum inatingíveis em face das muitas dificuldades que podem fragilizar ou no mínimo impor desafios a esse propósito, a exemplo da precarização do trabalho, das exigências produtivistas e da burocratização de departamentos e colegiados de cursos, colocando limites à qualidade dos debates coletivos que possam resultar em projetos pedagógicos consubstanciados na direção social do projeto ético-político ou mesmo em reflexões que avancem na identificação e enfrentamento de possíveis contradições presentes nos projetos pedagógicos vigentes.

Observa-se quanto ao período referente à revisão curricular analisada em nossa pesquisa que, apenas 01 (um) dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) é do período 2000 a 2006; 09 (nove) PPCs tiveram sua última revisão curricular realizada entre 2007 e 2013; 16 (dezesesseis) projetos pedagógicos são revisões do período 2014 a 2020 e apenas 01 (um) Curso não informava em seu PPC a data referente àquela revisão. Demonstra-se, assim, que nossas análises se referem predominantemente a projetos pedagógicos produtos de revisões bastante recentes e, nesse sentido, com potencialidade real de nos revelar elementos e aspectos importantes da incorporação e desenvolvimento contemporâneo do debate acerca dos movimentos sociais e da sua relação com a profissão.

A partir disso, no primeiro tópico do presente artigo, tecemos reflexões em torno dos legados da reconceituação latino-americana — determinação central do contexto histórico no qual o Serviço Social brasileiro se aproxima dos Movimentos Sociais, imprimindo o compromisso da profissão com a classe trabalhadora — para no segundo tópico apresentarmos como o debate sobre Movimentos Sociais e Serviço Social comparece nos projetos pedagógicos dos cursos analisados.

Legados da Reconceituação latino-americana na relação do Serviço Social com organizações, movimentos e lutas

Na recomposição da relação entre os fundamentos históricos e ideopolíticos do Serviço Social e os processos organizativos dos(as) trabalhadores(as), destacamos a administração de conflitos entre as classes sociais como o mandato institucional posto na origem da profissão. Nessa toada, demandava-se a intervenção de assistentes sociais inclusive para contribuir na contenção a possíveis insurreições comunistas ou espraíamentos do ateísmo positivista entre os “assistidos” pelo Serviço Social. Uma relação, portanto, de recusa à participação em movimentos sociais contestatórios à ordem dominante e, mais do que isso, de antagonismo a estes, expressa na formação, no trabalho e nos fóruns e espaços de organização da categoria que, aliás, não davam margens para dúvidas quanto à colagem de assistentes sociais a projetos político-partidários conservadores.

Será a partir de um movimento de ressignificação à esquerda da inserção de assistentes sociais no chamado Desenvolvimento de Comunidade que se germinará um processo de renovação profissional do Serviço Social que, na particularidade do Nordeste, vem a

rebentar pela mediação da realidade agrária e da aproximação às lutas e movimentos sociais do campo. Uma aproximação inicialmente hegemônica por tendências políticas de matiz reformista-progressista pela via da ideologia da participação e sob influência da esquerda cristã e seus tensionamentos para um deslocamento da Igreja na direção dos processos de mobilização popular. E posteriormente animada pelos ventos latino-americanos do movimento de reconceituação, no contexto do qual assistentes sociais brasileiros, argentinos, uruguaios e de outros países do continente, manifestaram, dentre outros questionamentos, interpelações quanto ao relacionamento da profissão com os novos protagonistas que se articulavam em uma cena político-social de efervescência das lutas sociais.

Na síntese de Mota (2019), concebendo aos(as) profissionais do Serviço Social como agentes de mudança (e não de transformação social), a tendência reformista-progressista predominante na disputa política pela renovação do Serviço Social na região, posicionava-se de modo mais otimista com a embrionária Teologia da Libertação e com a pesquisa-ação, e pessimista em relação ao movimento de reconceituação latino-americano. Sob as lentes contemporâneas, a reconceituação latino-americana mostrou-se, entretanto, um movimento sem dúvidas determinante para os redimensionamentos assumidos pela profissão em seu modo de ser, de compreender e de responder às demandas postas pelos(as) trabalhadores(as) em suas lutas e processos político-organizativos.

Questionamentos ao Serviço Social Tradicional, impulsionados pelo Movimento de Reconceituação latino-americano (1965-1975¹), sob o prisma teórico, metodológico, ético, operativo e político, favoreceram um esforço coletivo de deslocamento da profissão no Brasil para um processo de renovação² que inclusive se propõe à construção do

¹ O marco tomado para esta demarcação refere-se ao ano do I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social realizado em Porto Alegre, no qual assistentes sociais brasileiros, argentinos, uruguaios e de outros países do continente latino-americano, manifestaram tais questionamentos. Outros Seminários seguiram articulando o movimento de reconceituação, sediados, respectivamente, pelo Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia e, novamente, Porto Alegre/Brasil, em 1972. Assinala-se o exaurimento do movimento de reconceituação enquanto tal em 1975 em razão da supressão de espaços políticos democráticos no Chile, na Argentina e no Uruguai, principais polos da renovação latino-americana (Cf. Netto, 1976). De todo modo, não se pode tratar o Movimento de Reconceituação como um bloco monolítico.

² Sublinhamos o quanto tais questionamentos emergentes do movimento de reconceituação favoreceram à renovação profissional brasileira (mas nem de longe com ela se confundindo) também para chamar atenção e explicitar com todas as letras que, embora implicadas em alguns aspectos (como cremos que a própria redação do presente tópico há de evidenciar ao leitor), Reconceituação e Renovação são movimentos diferentes. Se o primeiro, deflagrado em 1965, teve força na América Latina num contexto de efervescência das lutas sociais no continente, o segundo diz respeito precisamente aos processos vivenciados no Serviço Social brasileiro, dadas as implicações e condições históricas postas pela ditadura civil-militar, aqui operada no longo período de 1964 a 1985 e, portanto, simultaneamente ao tempo histórico que coincide com as articulações próprias do Movimento de Reconceituação — no qual o Brasil então insere-se e participa de modo muito particular — e sua unidade assentada na busca por um Serviço Social latino-americano. Segundo Netto (2007), a renovação do Serviço Social brasileiro remete a um conjunto de características novas que somente vêm à tona no marco das constrições da autocracia burguesa, embora com germinações processadas ainda no pré-64 e firmadas a partir dos alicerces postos pelo movimento de reconceituação latino-americano. Registre-se, de mais a mais, que especialmente nas décadas de 1970 e 1980, o Serviço Social brasileiro cumpriu papel incontestável para o avanço crítico do Serviço Social na América Latina a partir das

compromisso profissional com as mobilizações, lutas e demandas da classe trabalhadora. Junto com os questionamentos acerca do papel da profissão em face da questão social, a pertinência dos procedimentos e ações profissionais e das teorias que a fundamentavam, eram interpostos questionamentos que, segundo Netto (2005), também abarcavam interpelações quanto ao relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social. Naquele momento, reverberava na profissão — e de modo ainda mais incisivo em seu movimento de reconceituação — a efervescência das lutas sociais e, junto com elas, o redirecionamento de segmentos da Igreja Católica para a esquerda a partir da teologia da libertação, a recorrência à teoria da dependência como chave para desvelamento do imperialismo e a influência da obra de Paulo Freire no campo profissional (IAMAMOTO; SANTOS, 2021), interlocuções transversais a todo o Serviço Social latino-americano do período.

As primeiras respostas renovadoras permitiram a constituição do que Netto (2005) denominou de a grande união ou uma espécie de frente ampla profissional contra o tradicionalismo, aglutinando concepções bastante distintas de sociedade e dos rumos defendidos para a profissão. Não por acaso as cisões não demoraram muito para tornarem-se incontornáveis e com não muito mais do que o primeiro quinquênio da renovação em curso já era possível visualizar os seus protagonistas divididos entre reformistas-democratas — para os quais bastava uma atualização do Serviço Social alinhavada ao projeto desenvolvimentista — e os radical-democratas, que apostavam na ruptura com o passado profissional e sintonia do Serviço Social com os projetos societários de superação da ordem.

Mas toda e qualquer alternativa democrática em disputa no campo profissional, seja reformista ou revolucionária, viu-se drasticamente suplantada pelas ditaduras latino-americanas. Na realidade brasileira, gestada a partir da dinâmica interna da luta de classes no País, no momento mesmo em que as chamadas reformas de base (agrária, urbana, bancária, tributária e fiscal) eram postas na agenda política nacional, para temor das forças conservadoras e de direita que identificavam o governo Jango com um suposto processo de comunização do Brasil.

Por certo, a brusca interrupção provocada pelo contexto ditatorial fez da Reconceituação, bastante heterogênea e plural, um movimento inconcluso. Inconcluso, porém, transitivo ao ponto do espírito da Reconceituação permanecer alimentando debates, formulações e experiências profissionais capazes de viabilizarem o trânsito do Serviço Social Tradicional ao chamado Serviço Social Crítico (NETTO, 2005). Por este percurso, também os impactos da Reconceituação tiveram suas peculiaridades no Brasil e, nesse sentido, se quando já no contexto de erosão da ditadura não era mais possível simplesmente a mera reposição da Reconceituação dantes interrompida, ainda restava, sob outros patamares e condicionalidades socio-históricas, a retomada da crítica ao tradicionalismo legada pela Reconceituação:

contribuições, dentre outros, de Leila Lima Santos, Seno Cornely, Consuelo Quiroga, José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Vicente de Paula Faleiros, Josefa Batista Lopes e Marieta Koike.

É somente a partir da segunda metade dos anos setenta, quando a ditadura começa a experimentar a sua erosão, que se fazem sentir no Brasil as ressonâncias das tendências que, na Reconceitualização, apontavam para uma crítica radical ao tradicionalismo — e essas ressonâncias reverberam tanto mais quanto avançam as forças democráticas na cena política nacional, com claríssimas implicações no interior da categoria profissional. A passagem dos anos 1970 aos 1980, com a reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos chamados *novos sujeitos sociais*, abriu novas perspectivas para os assistentes sociais que pretendiam a ruptura com o tradicionalismo (NETTO, 2005, p. 17).

Perspectivas assentadas no compromisso com o projeto emancipatório dos trabalhadores acumularam forças na contestação ao conservadorismo profissional e avançaram no adensamento da relação da profissão com organizações, movimentos, lutas e manifestações públicas de trabalhadores do campo e da cidade. O desaguadouro de tal processo encontra-se no marco simbólico do chamado Congresso da Virada, capítulo importante da renovação histórico-crítica do Serviço Social brasileiro e seus desdobramentos, posto este ter demarcado, em primeira instância, o momento em que a categoria se sintoniza com a luta dos(as) trabalhadores(as), se reconhece como trabalhadora e passa a construir organicamente instrumentos políticos de luta, formação e organização desta classe.

Na avaliação de Mota (2019), em que pese a articulação nacional construída, na particularidade nordestina, o engajamento político-profissional se deu mais pela via da militância nos movimentos populares, sociais, sindicais, partidários e da Teologia da Libertação, naquele período, do que pela participação de docentes e profissionais do Nordeste na linha de frente da Virada operada durante o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Embora possa-se dizer que:

[...] a partir de 1978, com a Oficina da ABEPSS, em Natal, e a abertura política da ditadura, os cursos de Serviço Social no Brasil perderiam, definitivamente, sua condição *regionalizada* para construir uma unidade em âmbito nacional, em torno da elaboração dos currículos mínimos nacionais, herdeiros do *Congresso da Virada*, para os cursos de Serviço Social. A partir de então, a história do Serviço Social no Nordeste integra suas singularidades no movimento mais geral da profissão no Brasil [...] (MOTA, 2019, p. 192-193).

Em que pesem particularidades regionais, sem dúvidas, é inconteste que a negação e a busca de ruptura com o conservadorismo profissional somente tornaram-se possíveis por meio de uma prática social coletiva construída a partir de inúmeras determinações e condições socio-históricas, favorecida pela politização de setores da categoria profissional. Expressa pela vinculação desses setores com os movimentos populares e/ou pela sua participação cívica e política no período que antecede o golpe militar de 1964 no Brasil, na resistência à ditadura e no contexto de redemocratização do país nos anos 1980.

O reposicionamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão se manifestará também no processo de revisão da formação acadêmica. Mais do que isso: a formação — e os processos organizativos dos sujeitos que a constituíam no cotidiano, especialmente docentes e estudantes — incidirá diretamente para a incorporação de

singulares contributos na construção de um projeto profissional de ruptura com o tradicionalismo no Serviço Social³.

Indo do significativo avanço expresso na aprovação do Currículo de 1982 à superação de suas lacunas e equívocos com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, os debates da necessária renovação crítica na formação profissional e, posteriormente, a nova lógica curricular construída, incorporará a temática movimentos sociais, sem deixar entretanto de deparar-se com importantes desafios que se colocam nos anos vindouros para sublinhar a intrínseca relação entre Serviço Social e lutas sociais, em particular no âmbito da formação profissional, na perspectiva do projeto ético-político.

Aqui, buscamos contribuir para o desvelamento de tais desafios na medida em que explicitamos, a seguir, uma parcela dos resultados da pesquisa desenvolvida junto às Unidades de Formação Acadêmica da região nordeste do Brasil, permitindo com isso a reconstrução analítica do tratamento dado ao debate sobre o temário Movimentos Sociais e Serviço Social no cotidiano da formação profissional graduada da área, identificando resistências, desafios e problematizações necessárias de serem coletivamente enfrentadas.

A inserção da temática movimentos sociais nas propostas pedagógicas dos Cursos

Todos os Cursos analisados abordam a temática movimentos sociais sob a forma de disciplinas, atividades acadêmicas complementares e outros componentes curriculares, inclusive constando em todos os projetos pedagógicos disciplinas específicas sobre o tema. Não há assim, pelo menos de maneira expressiva, ausência de reconhecimento do debate referente a movimentos sociais como constitutivo da formação em Serviço Social por parte das UFAs pesquisadas.

Tais disciplinas recebem uma gama muito variada de denominações possíveis, com destaque para: Classes e Movimentos Sociais; Movimentos Sociais; Serviço Social e Movimentos Sociais; Sociedade Civil e Movimentos Sociais; Movimentos Sociais Contemporâneos e, ainda, Estado, Classe e Movimentos Sociais. Mas também são registradas nos PPCs com as seguintes nomenclaturas: Movimentos e Lutas Sociais; Política, Movimentos Sociais e Classes Sociais; Movimentos Sociais e Processos Sociopolíticos e Culturais no Brasil; Movimentos Sociais e Sociedade; Cidadania e Movimentos Sociais. Nada surpreendente se considerarmos que a vastidão de teorias e

³ Embora à primeira vista possa parecer que foi após a realização do III CBAS que docentes e estudantes passaram a reivindicar um currículo pautado no movimento real da realidade brasileira, resultando no Currículo de 1982 e posteriormente nas Diretrizes Curriculares de 1996, Lopes (2012) destaca o papel da universidade e dos debates em torno de uma nova orientação à formação profissional como fundamental na construção do fôlego necessário para o III CBAS. Isso porque, nos lembra Lopes (*Op. Cit*), embora o “currículo mínimo” — marcado pelos traços de uma perspectiva crítica, com influência marxista e do “Método BH” — seja frequentemente chamado de “Currículo de 82”, ele foi na verdade aprovado no âmbito da ABEPSS em 1979, na Convenção de Natal-RN, anterior ao III CBAS, fazendo com que o grupo de professores e estudantes lá presentes participassem do CBAS já com um significativo acúmulo crítico. Afinal, 1982 foi o ano da implementação do currículo, quando aprovado pelo Conselho Federal de Educação, e não da movimentação acadêmico-política da categoria para a sua construção.

conceitos relativos aos movimentos sociais chega ao ponto de, conforme encontrou Doimo (1995), ser possível verificar-se a existência de mais de uma dezena de “novos conceitos” para referir-se a um mesmo fenômeno.

Do total de Cursos analisados, 25 (vinte e cinco) ofertam as disciplinas específicas do tema em caráter obrigatório e 02 (dois) o fazem em disciplinas optativas, dando margem para a leitura de que suas discussões sejam inexistentes no conteúdo fundamental do curso, tendo em vista que da análise na íntegra dos projetos pedagógicos também não se constatou a presença destes debates diluídos em outros componentes obrigatórios da matriz curricular dos cursos em questão.

A disciplina que trata a temática Movimentos Sociais é ofertada predominantemente com carga horária de 60 horas (16 cursos dos 27), variando para mais ou para menos. Os demais onze cursos — que adotam carga horária diferente de 60h — dividem-se em cargas horárias diversas: em um curso a disciplina tem apenas 36h; em três, 40h; em um, 66h; em um, 68h; em um, 72h e em quatro cursos, 80h. O que não significa dizer que no cruzamento de dados relativos à carga horária e o perfil que estes cursos pretendem formar, verifique-se alguma correspondência imediata. Por exemplo, há cursos que apresentam na textualidade do seu PPC um perfil profissional a ser formado em consonância com o projeto de formação construído pela categoria, mas que atribuem a disciplina de movimentos sociais não mais do que 36h.

Também há cursos que evidenciam em sua proposta pedagógica uma formação pautada pelo empreendedorismo e humanização das organizações, mas que dedicam à disciplina de movimentos sociais uma carga horária predominantemente de 40h e, em alguns casos até mesmo de 80h.

As disciplinas relativas ao temário Movimentos Sociais são ofertadas entre o 2º e o 7º período do curso, com predomínio do 4º período (8 de 27), seguido dos 6º e 7º períodos (5 de 27 em cada um dos casos), e em 02 (dois) cursos a oferta se dá no 5º período. Nesses cursos, predominantemente, o corpo discente já tem acumulado ou vem acumulando de modo concomitante conteúdos relativos às disciplinas de Filosofia, Sociologia, Antropologia, Teoria Política, Formação Social do Brasil, Economia Política, Questão Social, Política Social (I e II, mais disciplinas em torno de políticas setoriais e legislações sociais), Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social (I ao IV), Processo de Trabalho, Instrumentalidade, Ética Profissional, dentre outras.

Em geral sem a exigência formal de pré-requisitos (embora seja inconteste que a própria periodização já indica quais conteúdos a UFA considera necessários de serem acumulados previamente pelos estudantes), com exceção de um único curso público no qual a disciplina de Questão Social consta como pré-requisito para a disciplina de Movimentos Sociais. Mas também há 4 (quatro) casos em que a oferta da disciplina relativa à temática Movimentos Sociais se dá no 3º período do curso e 01 (um) no 2º período.

Este último nos chama ainda mais atenção em razão dos conteúdos anteriores ou concomitantes contemplarem não mais do que Filosofia, Estatística, Planejamento Social,

Antropologia e Cultura Brasileira, Ética Profissional e Prática em Serviço Social (I e II). Significa ausência do estudo da questão social, seja de modo prévio ou concomitante, ao debate de movimentos sociais⁴. Um indicativo de que, nessa circunstância, a periodização inscrita no projeto pedagógico não colabora no atendimento da apreensão da temática Movimentos Sociais, posto que deixa de observar a relação orgânica desta com a questão social, em seus fundamentos e múltiplas expressões.

Em dois cursos não é possível identificar com precisão o período da oferta em razão de se tratar de disciplina optativa. Ademais, certamente a existência de disciplinas específicas não é, por si só, garantia de alinhamento do debate de movimentos sociais no âmbito da formação à direção social da profissão e, da análise depreendida da leitura crítica dos projetos pedagógicos na íntegra, percebe-se lacunas e dificuldades na afirmação do debate de movimentos sociais como constitutivo à formação e ao exercício profissional.

Frisamos que embora a nossa opção tenha sido por analisar apenas cursos presenciais, 02 (dois) dos 27 (vinte e sete) da nossa amostra, em se tratando da oferta da disciplina referente a movimentos sociais a fazem na modalidade a distância. Nesses casos, os PPCs referenciam essa oferta a partir da Portaria MEC 1.134, de 10 de outubro de 2016, a qual autoriza a oferta de até 20% da carga horária total do curso a distância (portaria esta atualizada em 2019 no sentido da aprovação, desta feita, de 40% de ensino a distância para os cursos presenciais de graduação).

Uma possibilidade bastante lucrativa na proporção em que a adoção de disciplinas on-line permite, para o setor privado⁵, um enxugamento de gastos com infraestrutura física e pagamento de docentes, otimizando custos de manutenção das Instituições, com rebatimentos sérios à qualidade da formação ofertada. Segundo um dos PPCs, tal oferta das denominadas Disciplinas Interativas (DI), “se constituem em **importante elemento de flexibilização curricular**, no que diz respeito às condições individuais do estudante, ao ritmo de aprendizagem, ao local e ao tempo de dedicação aos estudos” (PPC 22, p. 60, grifo nosso).

Em nossa análise, uma deturpação da lógica da flexibilidade de organização dos currículos enquanto um dos princípios a estruturarem as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a qual evidentemente concebe este princípio, como enfatiza Boschetti (2004), tendo em vista maior maleabilidade na organização dos conteúdos e a preocupação em se assegurar as especificidades regionais. Nunca foi uma referência à flexibilização de conteúdos ou

⁴ Mais do que isso: a questão social sequer existe como disciplina na estrutura curricular do referido curso.

⁵ Com isso, não estamos descartando a possibilidade de implementação dessa mesma Portaria do MEC nas UFAS públicas, dado aliás que as próprias reuniões ampliadas da ABEPSS Nordeste já vêm apontando. Apenas — na presente pesquisa — não se identificou essa menção incorporada aos projetos pedagógicos de cursos públicos. Compreensível, tendo em vista que as IES costumam regulamentar tal Portaria em resoluções próprias e estas não necessariamente aparecem com visibilidade nos PPCs. Além disso, até onde a regional Nordeste da ABEPSS tem acompanhado as resoluções que tratam da oferta de disciplinas na modalidade à distância nas Universidades Públicas têm delegado aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e Colegiados de Cursos a autonomia para aceitação ou não da implementação dessa modalidade na matriz do Curso, já como uma conquista decorrente da resistência do Serviço Social e aliados nesse debate em cada Instituição. A mesma autonomia, por sua vez, não se verifica na realidade dos cursos privados de Serviço Social.

“afrouxamento” na direção teórico-metodológica da formação profissional. Nessa lógica, se anteriormente Boschetti (*Op. Cit*) já apontava a excessiva carga horária em atividades complementares e reduzida carga em disciplinas fundamentais como uma forma de flexibilização identificada nos projetos pedagógicos, a nossa pesquisa acrescenta a oferta de disciplinas na modalidade à distância como uma forma de flexibilização ainda mais grave que vem sendo adotada nas propostas pedagógicas contemporâneas dos Cursos de Serviço Social.

Importa atentar para o fato de que em todas as UFAs em que há a oferta também na modalidade a distância, Movimentos Sociais consta sempre como uma das disciplinas escolhidas para tanto⁶, abrindo margem para um debate necessário acerca desta distinção em relação a outras disciplinas e conteúdos da formação. Provoca, nessa direção, reflexões acerca de quais são os critérios, em se tratando de cursos presenciais, para ofertar uma ou outra disciplina nessa modalidade, posto sugerir uma tendência de hierarquização de conteúdos da formação em função do tipo de modalidade em que a sua respectiva disciplina é ofertada e, em decorrência disso, indicando a atribuição por parte destas UFAs de um lugar presumivelmente periférico ao debate de movimentos sociais no conjunto da formação. Não por causalidade, mas por correspondência ao perfil a se formar pretendido⁷, o qual, sem dúvidas, necessariamente implica na escolha nada aleatória realizada, seja a partir de critérios explícitos ou implícitos, acerca das disciplinas que serão ofertadas a distância.

Praticamente em todos os PPCs, excetuando-se apenas o caso de um único curso, além da disciplina específica ofertada, há abordagem transversal do tema movimentos sociais em outras disciplinas e componentes curriculares, totalizando 85 (oitenta e cinco) disciplinas — para além da específica do tema — em que o debate de movimentos sociais comparece. Tal abordagem transversal do tema acontece predominantemente em quatro categorizações de disciplinas/componentes curriculares: 1) Política Social; 2) Questão Agrária, Urbana e Ambiental; 3) Gênero e Raça/Etnia e 4) Áreas Afins. Sendo menos presente — embora também apareça nelas em alguns cursos — em disciplinas relativas à Questão Social, ao Trabalho Profissional e à Formação Social do Brasil.

⁶ Outras disciplinas, além da de movimentos, que também estão sendo ofertadas na chamada modalidade “interativa”, são: 1) Ética, Política e Sociedade; 2) Homem, Cultura e Sociedade; 3) Metodologia Científica; 4) Probabilidade e Estatística; 5) Comunicação na prática do assistente social; 6) Administração e Planejamento do Serviço Social; 7) Pesquisa Social; 8) Serviço Social e Terceiro Setor.

⁷ Esses cursos têm em comum a natureza privada, a vinculação ao Grupo Kroton Educacional, o caráter obrigatório da disciplina e uma carga horária de 60h dedicada à mesma. O perfil profissional explicitado como horizonte para a formação profissional, nesses casos, destaca a preocupação em “direcionar, positivamente, o destino das pessoas e as políticas públicas que as influenciam [...], ensejando para que cada disciplina ofertada possibilite o desenvolvimento das habilidades e competências projetadas, possibilitando que o egresso tenha o perfil que lhe garanta uma boa empregabilidade” (PPC 21, p. 09-10). Na mesma direção, após afirmar a centralidade da formação voltada para o ingresso e manutenção do emprego na apresentação da organização didático-pedagógica do curso, o PPC 22, cuja oferta da disciplina de movimentos sociais também se dá na modalidade à distância, assinala que “O curso Serviço Social da Faculdade [...] se compromete a estruturar e atender um perfil profissional com sólida formação geral e humanística, capacidade de análise, domínio dos conceitos de sua área aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica de forma a atender ao mercado de trabalho” (p. 31).

Disso inferimos tratar-se de um avanço para a formação na área a incorporação dos sujeitos e o reconhecimento das lutas como parte do debate da política social, tema de grande vastidão e importância para a profissão tanto no âmbito da produção de conhecimento como no campo do exercício profissional. Um avanço, especialmente por serem as políticas sociais as maiores empregadoras de assistentes sociais e que, como ressaltam Behring e Boschetti (2016), ao incorporar o debate dos movimentos, reivindicações e resistências em suas elaborações, inscreve a luta por direitos no campo da emancipação política como mediação para a emancipação humana.

Embora as disciplinas relativas à Questão Agrária, Urbana e Ambiental, bem como às relativas à Gênero e Raça/Etnia também estejam entre as principais disciplinas em que o debate de movimentos sociais se transversaliza na formação profissional, importa registrar que a maioria dessas disciplinas são ofertadas, conforme os PPCs analisados, em caráter optativo.

Desse modo, as substantivas argumentações de Santana (2019) acerca do debate da questão agrária — bem como urbana e ambiental — no projeto de formação do Serviço Social brasileiro, assim como o avanço no debate coletivo da categoria no entendimento da importância e necessidade da obrigatoriedade dos conteúdos referentes à Gênero e Raça/Etnia na formação de assistentes sociais, não se mostram ainda com capilaridade expressiva nos projetos pedagógicos de curso.

O avanço coletivo referido nas entidades de organização da categoria pode-se verificar, por exemplo, a partir da aprovação, por unanimidade, em Assembleia da ABEPSS realizada em dezembro de 2014, em Natal-RN, da inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social que aborde as temáticas relacionadas. Conforme expressa a ABEPSS, a entidade acredita que:

A formação profissional de Serviço Social deve estar associada a uma consciência de classe antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista, assim como vinculada às lutas dos movimentos sociais (negras/os, indígena, feminista, LGBT e outros). Nessa perspectiva, é possível continuar avançando na renovação profissional, afirmando a liberdade como valor ético central, ampliando direitos e nos contrapondo a todas as formas de discriminação, opressão e exploração em defesa da emancipação humana (ABEPSS, 2014).

Com essa perspectiva, a entidade orienta, com base em discussão e deliberação da Assembleia de 2014, a inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, do debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal; a realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio; além da realização de debates, projetos de pesquisa e de extensão em apoio aos movimentos sociais e espaços de lutas anticapitalistas, antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista.

Outro exemplo, passo significativo aliás, no sentido de avanço nessa perspectiva diz respeito à apresentação em 2018 por parte da direção nacional da ABEPSS — mesmo que em caráter preliminar — do documento intitulado “Subsídios para o Debate sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social” (ABEPSS, 2018), o qual traz a público a necessidade de considerar este debate um componente imprescindível à formação profissional.

Ademais, reconhecendo a importância das chamadas disciplinas das áreas afins (Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia), com as quais evidentemente não se nega a importância e necessidade de diálogo, contemplarem o debate sobre movimentos sociais, chamamos atenção ao mesmo tempo para os possíveis limites e/ou problemáticas/desafios na abordagem realizada no âmbito destas, posto que frequentemente o teorismo acrítico consiste em um dos traços conservadores incorporados contemporaneamente na formação em Serviço Social a partir da adoção de categorias pós-modernas e conservadoras das Ciências Sociais.

Aqui, fazemos coro com Boschetti (2015) na convicção de que não se quer de forma alguma dizer com isso que a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia são conservadoras, mas chamar a atenção para o fato de que o teorismo acrítico no Serviço Social incorpora algumas categorias de cunho conservador presentes nessas disciplinas, a exemplo das categorias de integração, vigilância, vulnerabilidade, empoderamento, dentre outras. Não se pode olvidar, além do mais, no campo didático-pedagógico, “a dificuldade que se estabelece com outros Departamentos/Unidades de ensino que não conhecem (e, em geral, não querem conhecer) a proposta para a formação profissional do assistente social” (GUERRA; BACKX; REPETTI, 2013, p. 212).

Outrossim, causa-nos estranheza e preocupação que a disciplina de Questão Social esteja dentre as que se faz em menor incidência o debate transversal de movimentos sociais, dada a concepção hegemônica da mesma no Serviço Social brasileiro sustentada na concepção articulada entre desigualdades e rebeldias, tendo em vista ser resultante da contradição Capital-Trabalho. Preocupante ainda do ponto de vista do não entendimento que demonstra da intrínseca relação entre os processos de resistência e luta popular e as manifestações da questão social. Em outras palavras, a ausência de conteúdo acerca do temário movimentos sociais nas disciplinas de Questão Social confessam o comparecimento na formação profissional de perspectivas teórico-analíticas que não apreendem as lutas sociais como constitutivas dos fundamentos para a compreensão da questão social.

Mesmo que, como nos lembra Marro (2020), a relação entre lutas sociais e expressões da questão social nem sempre seja visível ou direta, não se pode olvidar o quanto as lutas e resistências dos movimentos sociais estão, inclusive, na base da configuração de boa parte das demandas postas ao Serviço Social no âmbito do exercício profissional:

[...] o desemprego denunciado pelos Movimentos de Trabalhadores Desempregados na Argentina dos anos 2000; o feminicídio que tira a vida de tantas mulheres na fronteira mexicana onde avançam as *maquilas*; o deslocamento forçado enfrentado por movimentos indígenas na Colômbia, no

México ou no Chile que cresce em proporção direta à mercantilização da terra e a militarização social; o envenenamento e a poluição de rios e terras resistidos por vários movimentos camponeses no Paraguai, no Brasil, em Honduras; o déficit habitacional padecido por movimentos sem-teto, conforma o grande leque das *desconfortáveis* expressões da desigualdade social que aparecem diariamente *silenciadas* ou *camufladas* nas suas determinações mais conflitivas (e coletivas) e se apresentam como *demandas individuais* de acesso a políticas de habitação, de assistência, de saúde, educação e direitos humanos, entre outras (MARRO, 2020, p. 180-181).

Não faz sentido, portanto, dicotomizar o debate de movimentos sociais da reflexão sobre a Questão Social e tampouco apreender esta dissociada dos movimentos, lutas e resistências. Contudo, este se revela um dado similar ao apontado quando da pesquisa de avaliação da implementação das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 2008), a qual expressa em seu relatório final a constatação de que, em diferentes regiões do país, as disciplinas de movimentos sociais não estariam contemplando inferências à Questão Social em suas ementas, conteúdos e bibliografias, podendo indicar uma agenda importante de pesquisas e debates em torno, especialmente para os pesquisadores e pesquisadoras da área organizados no GTP Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

Quanto ao debate de movimentos sociais também pouco aparecer nas disciplinas que discutem trabalho profissional, o que identificamos é a existência de um verdadeiro fosso nos projetos pedagógicos analisados (e para esta afirmação estamos considerando a análise deles como um todo, incluindo as disciplinas específicas ao tema), posto que reconhecem a atuação junto aos movimentos sociais como competência profissional mas, seja em componentes curriculares específicos ou de forma transversal a outros, não o contemplam a contento na formação. Muitas vezes também não ultrapassando muito o debate de movimentos sociais que circula no âmbito das ciências sociais e políticas e/ou não afunilando para a atuação do Serviço Social junto a estes sujeitos coletivos.

Mas há também potencialidades identificadas em nossa pesquisa no debate de movimentos sociais no âmbito do ensino em Serviço Social na região nordeste. Dentre elas, destacamos especialmente a preocupação de que a própria disciplina proporcione uma aproximação empírica com movimentos sociais por meio da realização de atividades de observação, visita e pesquisa documental sobre os movimentos locais, conforme apontado em alguns dos projetos pedagógicos analisados e a significativa conquista da implementação do Serviço Social da Terra, via Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), voltado à formação profissional de militantes dos movimentos camponeses.

A viabilização de Cursos⁸ de Graduação em Serviço Social para trabalhadores e trabalhadoras assentados e assentadas da terra, militantes de movimentos sociais

⁸ Além da regional nordeste, que teve o curso iniciado em abril de 2013 na UECE, também a regional leste da ABEPSS vivenciou a experiência do Serviço Social da Terra, dessa feita, oferecido pela Escola de Serviço Social da UFRJ, de 2011 a 2016. Desde agosto de 2018 encontra-se em andamento o terceiro curso de Serviço Social criado nesta modalidade: trata-se da experiência da Universidade Federal do Tocantins (UFT), regional norte da ABEPSS.

(incluindo aqueles e aquelas que estão na tarefa de direção política dos mesmos), em um cenário marcado por amplos ataques à educação pública, gratuita, presencial, laica, de qualidade, socialmente referenciada e comprometida com as lutas sociais, representa o estreitamento de vínculos orgânicos entre Universidade, Movimentos Sociais e Serviço Social.

Nesse sentido, temos irrestrito acordo com Guerra (2011) na avaliação de que esta experiência seja talvez a mais importante dos últimos tempos no campo da formação profissional, especialmente do ponto de vista dos necessários enfrentamentos tanto ao elitismo acadêmico quanto ao conservadorismo profissional, na proporção em que, como ressalta a autora, tal experiência porta potencial para a formação de assistentes sociais comprometidas e comprometidos com um projeto societário pautado na construção de outra ordem social.

Outra potencialidade identificada diz respeito à orientação encontrada em 11 (onze) dos 27 (vinte e sete) projetos pedagógicos analisados de articulação da temática movimentos sociais ao processo de pesquisa, extensão ou estágio. As principais iniciativas apontadas nessa direção são:

- Desenvolvimento de projetos de extensão junto aos movimentos sociais;
- Desenvolvimento de projetos de pesquisa que tem os movimentos sociais como objeto de estudo;
- Recomendação da “constituição de núcleo e grupos de pesquisa e extensão que possa envolver docentes e discentes do curso, além de profissionais e representantes de movimentos sociais” (PPC 09, p. 65);
- Possibilidade de Estágio Supervisionado em Movimentos Sociais;
- Orientação no Estágio Supervisionado Obrigatório II para que o projeto de intervenção dos discentes seja desenvolvido em “articulação com outras frentes de trabalho, e formas de organização da população (movimentos sociais)” (PPC 24, p. 31).

Iniciativas sintomáticas de real sintonia com os interesses das classes subalternas e seus movimentos organizados.

Considerações Finais

Sem de modo algum desmerecer os avanços empreendidos até aqui na aproximação e aprofundamento da relação entre Serviço Social e movimentos sociais, resta-nos a pretensão de, a partir dos aspectos desvelados pela pesquisa, chamar atenção para a nossa inadiável apropriação dos limites do avanço crítico em um largo processo de disputa que continua em curso, pleiteando ferrenhamente a direção social da formação.

A necessidade de novos passos na direção de melhor aportarmos os processos organizativos da classe trabalhadora no cotidiano da formação profissional de assistentes sociais consiste em uma exigência para compreendermos a própria questão social no Brasil, a partir mesmo da perspectiva *sui generis* posta pelas diretrizes curriculares da ABEPSS, fortalecendo a este legado que, aliás, nos oferece um profícuo caminho de estudos e pesquisas. Um legado que as novas gerações têm ainda muito a se apropriar e a contribuir, considerando que a renovação crítica do Serviço Social brasileiro, embora com

marcos importantes, trata-se de um processo inconcluso, posto que ainda em movimento. E mais: refere-se a disputas e tensionamentos que embora presentes na formação, estão inegavelmente para além dela mesma.

Referências

- ABEPSS. **ABEPSS lança “Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social”**. Notícias, 03 dez. 2018. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/xvi-enpess-abepss-lanca-subsidios-para-o-debate-sobre-a-questao-etnicoracial-na-formacao-em-servico-social-275>. Acesso em: 25 set. 2020.
- ABEPSS. **Notícias**. Natal-RN: ABEPSS, 2014. Não paginado. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/gtp-servico-social-relacoes-de-exploracaoopressaode-genero-racaetnia-geracao-sexualidades-15>. Acesso em: 18 set. 2020.
- ABEPSS. **Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**. São Luís: ABEPSS, 2008. CD-ROM.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.
- BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Editora Cortez, n. 124, 2015.
- BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. **Temporalis**, Porto Alegre, ABEPSS, Gráfica Odisseia, n. 8, 2004.
- DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume–Dumaré; Anpocs, 1995.
- GUERRA, Yolanda. Na contracorrente da reforma do ensino superior: nótula sobre o curso de graduação em Serviço Social para os assentados da reforma agrária. **Temporalis**, Brasília, n. 21, 2011.
- GUERRA, Yolanda; BACKX, Sheila; REPETTI, Gustavo. O lugar da pesquisa na formação profissional: algumas questões a partir dos relatórios das regionais da ABEPSS. **Temporalis**, Brasília, n. 25, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos (org.). **A História pelo Avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez; CNPQ, 2021.
- LOPES, Josefa. Mesa dos depoimentos históricos: a chama em meu peito ainda queima, saiba! Nada foi em vão. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2012.

MARRO, Katia Iris. Caminhos profissionais e resistências que brotam das expressões da Questão Social. **Temporalis**, Brasília, n. 39, 2020.

MOTA, Ana Elizabete. 40 anos da Virada do Serviço Social no Brasil: lições e desafios. In: MEDEIROS, Evelyne; NOGUEIRA, Leonardo; BEZERRA, Lucas (org.). **Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 11. edição. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. La crisis del proceso de reconceptualización del Servicio Social. ALAYÓN, N et al. (org.). **Desafío al Servicio Social**. Buenos Aires: Humanitas, 1976.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 84, 2005.

SANT'ANA, Raquel. Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a questão agrária. **Temporalis**, Brasília, n. 37, 2019.

Submetido em: 22/08/2022

Revisto em: 18/10/2022

Aceito em: 06/10/2022